

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E LAZER

REFERÊNCIA AO ETP Nº 01/2026

1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para ministrar aulas de Futebol de Salão, Futebol de Campo e Voleibol, para crianças, adolescentes e adultos, por meio do procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

1.2. A contratação será realizada conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO / MODALIDADE	QTD	UND	V. UNIT. (R\$)	V. GLOBAL (R\$)
01	Treinador de Futebol de Campo – 2 dias na semana, com duração de 4:00hrs por dia – totalizando 8hrs semanais.	12	Meses	R\$2.359,37	R\$28.312,44
02	Treinador de Futebol de Salão – treino infantil: - 5 dias na semana, com duração de 2:10hrs por dia – total de horas: 10:50hrs; Treino adulto – 2 vezes na semana, com duração de 2:20hrs por dia – total de horas: 4:40hrs – totalizando 15:30hrs semanais.	12	Meses	R\$2.396,74	R\$28.760,88
03	Treinador de Voleibol – 2 vezes na semana, com duração de 2:30hrs -totalizando 5hrs semanais.	12	meses	R\$2.373,77	R\$28.485,24

1.3. O custo estimado total da contratação é de de **R\$85.558,56(oitenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, valores globais para a presente contratação, fixados pela Administração com base em pesquisa de mercado realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Os serviços deverão ser realizados conforme a necessidade e agendamento da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer, nos locais, datas e horários definidos em cronograma elaborado pela Secretaria requisitante.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem por finalidade atender à demanda existente pela realização e manutenção de atividades esportivas nas modalidades de futsal, futebol de campo e voleibol, destinadas aos participantes dos programas esportivos desenvolvidos pela Administração Pública.

2.2. A promoção do esporte e do lazer constitui importante instrumento de desenvolvimento social, educacional e de saúde pública, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente de crianças, adolescentes e jovens. Nesse sentido, a oferta de atividades esportivas orientadas por empresa qualificada torna-se essencial para garantir que os treinamentos ocorram de forma organizada, segura e pedagogicamente adequada.

2.3. A escolha pelo instrumento de credenciamento, conforme o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza do objeto e pela inviabilidade de competição entre os prestadores: todos os que atenderem aos requisitos de habilitação serão contratados simultaneamente, sem exclusividade, e os preços são fixados pela própria Administração — o que afasta a lógica do pregão, que pressupõe seleção de uma

única proposta vencedora. O credenciamento garante ampla participação, economicidade, flexibilidade operacional e adequada cobertura territorial, considerando a disponibilidade de espaços e horários diversos.

2.4. A estruturação do credenciamento permitirá à Administração formar um cadastro de empresas previamente habilitadas, que serão convocadas conforme a demanda dos projetos esportivos a serem executados. Tal solução assegura a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, eficiência e vantajosidade, ao mesmo tempo em que valoriza os recursos locais, fomenta o desenvolvimento regional e promove maior qualidade na prestação dos serviços.

2.5. Dessa forma, o credenciamento de empresas especializadas para ministrar aulas de futebol de salão, futebol de campo e voleibol configura-se como a medida mais eficiente e adequada para garantir a implementação efetiva das atividades planejadas, em conformidade com os objetivos do Plano Municipal de Políticas Públicas e com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para atuar como prestadora de serviços de treinamento esportivo nas modalidades de futsal, futebol de campo e voleibol, com o objetivo de planejar, coordenar e executar atividades esportivas promovidas pela Administração Pública.

3.2. A empresa contratada será responsável por desenvolver treinamentos técnicos e atividades práticas voltadas à iniciação e ao aperfeiçoamento esportivo dos participantes, promovendo o aprendizado dos fundamentos das modalidades, bem como o desenvolvimento das capacidades físicas, técnicas e táticas dos praticantes.

3.3. A execução das atividades ocorrerá em espaços esportivos disponibilizados pela Administração — quadras poliesportivas, ginásios ou campos de futebol —, atendendo principalmente crianças, adolescentes e jovens participantes dos programas esportivos municipais, podendo contemplar outras faixas etárias conforme a demanda.

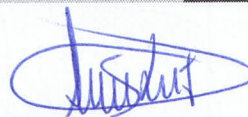
3.4. Além de atender aos objetivos sociais e esportivos da Administração, o credenciamento de empresas locais fomentará o desenvolvimento econômico regional, ao gerar oportunidades de trabalho, fortalecer a economia local e incentivar o empreendedorismo no setor de serviços esportivos.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do Contratante:

- Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços executados, no prazo e forma estabelecidos neste Termo e no Edital;
- Responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 124, II, 'd', da Lei nº 14.133/2021;
- Notificar os emitentes das garantias, quando cabível, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. São obrigações específicas da Contratada:

- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, de acordo com a legislação aplicável, ficando o Contratante autorizado a descontar dos pagamentos o valor correspondente aos danos sofridos;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente do contratante ou do fiscal/gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do Contratante;
- Criar e implementar planos de treinamento específicos para as turmas sob sua responsabilidade, adaptando-os conforme as necessidades e progressos dos participantes;
- Conduzir sessões de treino com exercícios técnicos, táticos e físicos adequados à faixa etária e nível dos participantes;
- Assegurar que todas as atividades de treinamento estejam em conformidade com as normas e regulamentos da entidade contratante e das federações esportivas;
- Manter comunicação eficaz com os participantes, demais instrutores e a entidade contratante;
- Cuidar e zelar pelo bom uso das instalações esportivas e equipamentos fornecidos pela entidade contratante;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Apresentar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução das atividades, os comprovantes detalhados da prestação dos serviços, em conformidade com o cronograma estabelecido;
- Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos que impossibilitem o cumprimento do cronograma previsto, com a devida comprovação;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes, as normas de segurança determinadas pelo Contratante.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. SUSTENTABILIDADE: Deverão ser observados os requisitos de sustentabilidade aplicáveis, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

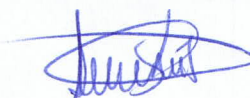
6.2. SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação total ou parcial dos serviços.

6.3. GARANTIA CONTRATUAL: Não haverá exigência de garantia contratual para a presente contratação.

6.4. ALTERAÇÃO SUBJETIVA: É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no credenciamento original, mantidas as demais cláusulas e condições, sem prejuízo à execução do objeto e com anuência expressa da Administração.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



7.1. Os serviços deverão ser realizados nos prazos e condições definidos pela Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer, em dias e horários agendados pelo planejamento do Setor Esportivo.

7.2. A distribuição dos serviços entre as empresas credenciadas seguirá a ordem cronológica de credenciamento, assegurando equidade no processo. Havendo apenas uma empresa credenciada por modalidade, ela atenderá integralmente a demanda daquela modalidade, sem necessidade de nova chamada.

7.3. Caso haja mais de uma empresa credenciada para uma mesma modalidade, a Administração elaborará plano de gerenciamento para assegurar a distribuição equitativa dos serviços, de forma transparente e ordenada, garantindo a continuidade e qualidade das atividades prestadas à população.

7.4. Os serviços serão prestados nos seguintes locais: espaços esportivos públicos do Município de Comendador Gomes/MG (quadras e ginásios poliesportivos), podendo o endereço ser alterado conforme conveniência administrativa, mediante comunicação prévia à Contratada.

7.5. As periodicidades de execução por modalidade são:

- Futebol de Salão: cinco dias na semana;
- Futebol de Campo: duas vezes na semana;
- Voleibol: duas vezes na semana.

7.6. Eventual desistência da empresa credenciada deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por meio de ofício formal, para evitar prejuízos à continuidade dos serviços.

7.7. O pagamento será autorizado exclusivamente para os serviços previamente solicitados, devidamente executados e atestados pelo fiscal do contrato. Caso os serviços sejam realizados em desconformidade com as especificações, será emitido Termo de Recusa, com prazo para regularização.

7.8. Ficará a cargo da empresa credenciada a totalidade dos meios necessários à execução dos serviços, cabendo à Administração tão somente a disponibilização dos espaços esportivos e a divulgação dos horários e datas aos beneficiários.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. O controle da execução do contrato será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Para esta contratação, a fiscalização será exercida por Bruno Martins Assunção, designado Fiscal de Contrato nos termos do Decreto Municipal nº 1.563/2024.

- A gestão será realizada pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer

8.4. As comunicações entre o órgão e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.5. O gestor do contrato deverá encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Do Recebimento

9.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para posterior verificação de conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

9.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos serviços com as exigências contratuais. Em caso de controvérsia, aplicar-se-á o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.



9.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Do Reajuste e do Reequilíbrio

9.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. Fica assegurado à Contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, II, 'd', da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fato superveniente imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que onere excessivamente as obrigações contratuais.

9.3. Da Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma estabelecida na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, prorrogáveis por igual período.

9.3.2. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada obrigatoriamente da comprovação de regularidade fiscal, mediante certidões negativas, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3. Constatada irregularidade fiscal da Contratada, será providenciada sua notificação para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de adoção das medidas cabíveis à rescisão contratual.

9.4. Do Pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito na conta indicada pela Contratada.

9.4.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR — HABILITAÇÃO

10.1. Para se habilitar ao credenciamento, as interessadas deverão apresentar os documentos a seguir indicados, em nome da empresa solicitante, em envelope opaco, lacrado e inviolável, contendo em sua parte externa: Nº do Processo e Credenciamento; Razão Social e CNPJ; e Endereço.

10.2. PROPOSTA: A interessada deverá apresentar proposta contendo as descrições e os valores já fixados neste Termo de Referência, com a qualificação completa da empresa, identificação do seu representante legal e devidamente assinada.

10.3. HABILITAÇÃO — documentos exigidos:

10.3.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

- Documentos de identificação do representante legal da empresa;
- Contrato Social, Estatuto ou Registro Comercial, conforme o caso, com poderes expressos para o exercício de direitos e assunção de obrigações;
- Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), quando couber;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando exigível.

10.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela RFB/PGFN;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da interessada;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada;
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da CLT.

10.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- Certidão Negativa de Falência emitida pelo Poder Judiciário da sede da interessada, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

10.3.4. DEMAIS DOCUMENTOS:

- Ficha de Solicitação de Credenciamento — ANEXO I (impresso em papel timbrado, com assinatura e carimbo do responsável legal);
- Declaração Geral — ANEXO II (impresso com assinatura e carimbo do responsável legal).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Cod. Red.: 02.01.15.01.27.812.0002.29.2.165.3.3.90.39.00.00 — FC 724 — Ficha 1500 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica — Manutenção das Atividades do Setor de Esporte e Lazer.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a credenciada que, com dolo ou culpa: deixar de entregar documentação exigida; não mantiver a proposta; não celebrar o contrato quando convocada; apresentar declaração ou documentação falsa; fraudar o processo; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

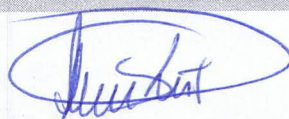
12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa, no percentual de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato, recolhida no prazo de 30 (trinta) dias úteis;
- Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, conforme o art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Na aplicação das sanções, serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos causados à Administração; e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

12.4. Das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da intimação, dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida.

12.5. A apuração de responsabilidade para fins de impedimento de licitar e de declaração de inidoneidade será conduzida por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, assegurado ao interessado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa escrita.



13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e dos princípios gerais dos contratos.

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios decorrentes da execução desta contratação.

15. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

15.1. Integra esta demanda a Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer do Município de Comendador Gomes/MG.

Comendador Gomes/MG, 30 de Março de 2026.

Camilla Silva Teixeira
Encarregada da Coordenação Mun. De Administração



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE **COMENDADOR GOMES**

APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO REFERENTE AO ETP Nº 01/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada da região para fornecimento especializado em ministrar aulas de futebol de salão, futebol de campo e aulas de voleibol, para crianças, adolescentes, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, através do método de Dispensa Eletrônica, composto pela secretaria constante destes Termo de Referência.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser adquirido, **APROVO** o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital a ser elaborado pelo setor de licitações.

Comendador Gomes/MG, 30 de março de 2026

Selma Aparecida da Silva Novato Coelho
Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

Telefone: (34) 3423-0461

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000